



CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
Lista de Presença – 27ª Reunião
Data: 13 de junho de 2007

Membros da Câmara de Compensação Ambiental

Composição		Nome	Presença
Secretário Adjunto		Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo	P
Gab. SMA/APE		Fernanda Falbo Bandeira de Mello	P
CPRN	Titular	Helena Q. Carrascosa Von Glehn	-
	suplente	Sílvia Regina Carpinelli	P
CPLEA	Titular	Casemiro Tércio de Carvalho	-
	suplente	Iracy Xavier da Silva	P
FF	Titular	José Amaral Wagner Neto	P
	suplente	Cristiane Leonel	P
IF	Titular	Cláudio Henrique Barbosa Monteiro	-
	suplente	Hélio Ogawa	P
IBt	Titular	Vera Lúcia Ramos Bononi	P
	suplente	Dácio Roberto Matheus	-
IG	Titular	Ricardo Vedovello	P
	suplente	José Antonio Ferrari	P
CONSEMA		Paulo Nogueira-Neto	-

Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental

Antonio Augusto da Costa Faria

Participantes da Reunião

Hiroyassu Uehara	Instituto Florestal
Odair Nigosky	SMA/GAB.
Kasuo Sakurai	SMA/GAB.
Ana Cristina Pasini da Costa	CPRN
Júlio Velardi	Instituto Florestal
Lélia Marino	Instituto Florestal
Adriana Mattoso	Fundação Florestal



CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL 27ª Reunião - 13 de junho de 2007

RESUMO DA REUNIÃO

1. APROVAÇÃO DA ATA DA 26ª REUNIÃO DA CCA

Ata da 26ª reunião da CCA aprovada.

2. INFORMES

Informe da Fundação Florestal sobre Plano Estratégico de Elaboração de Planos de Manejo: a pedido de José Amaral Wagner Neto, Diretor-Executivo da Fundação Florestal, a apresentação do Plano Estratégico será realizada no final da reunião.

3. CONCLUSÃO DE ANÁLISE DE PROCESSOS

3.1. Açúcar Guarani S/A (Unidade Cruz Alta) – Ampliação do parque industrial e da capacidade produtiva (Processo SMA nº 13.750/05)

- Valor da compensação ambiental: R\$ 205.000,00;
- Unidade de Conservação beneficiada: EE Paranapanema (IF), conforme decisão da 25ª Reunião da CCA;
- Destinação: Plano de Trabalho para elaboração de Plano de Manejo.

DELIBERAÇÃO: Retorno do Plano de Trabalho à Fundação Florestal para revisão. A reapresentação desse Plano de Trabalho deverá ocorrer na 28ª Reunião da Câmara, a ser realizada no dia 19 de julho de 2007.

3.2. Condomínios Residenciais Ecoesportivos Dahma São Carlos – Encalço Construções Ltda (Processo SMA nº 13.604/04)

- Valor da compensação ambiental: R\$ 203.052,65;
- Unidade de Conservação beneficiada: EE de São Carlos (IF), conforme decisão da 25ª Reunião da CCA;
- Destinação: Plano de Trabalho para elaboração de Plano de Manejo.

DELIBERAÇÃO: Retorno do Plano de Trabalho à Fundação Florestal para revisão. A reapresentação desse Plano de Trabalho deverá ocorrer na 28ª Reunião da Câmara, a ser realizada no dia 19 de julho de 2007.

3.3. Planos de Trabalho do Parque Estadual Xixová-Japuí

Na 26ª Reunião, a CCA reiterou que a totalidade dos recursos de compensação ambiental dos empreendimentos TECONDI S/A (R\$300.000,00) e CARBOCLORO S/A Indústrias

Químicas (R\$115.000,00), somando R\$ 415.000,00, será destinado à regularização fundiária do Parque Estadual Xixová-Japuí. Na mesma reunião, a CCA deliberou também que “os Planos de trabalho elaborados pelo Instituto Florestal para esses empreendimentos deverão ser revistos pela Fundação Florestal” e novamente reapresentados à Câmara.

Para elaboração destes Planos de Trabalho deverá ser considerado que o empreendimento COSIPA – Dragagem do Canal de Piaçaguera, com TCCA firmado em 12/01/2006, destinou R\$ 312.500,00 para o Parque Estadual Xixová-Japuí, sendo R\$ 282.500,00 a ser aplicado na regularização fundiária e R\$ 30.000,00 a serem aplicados na publicação do Plano de Manejo desse Parque. Desta forma, os 3 empreendimentos totalizam o valor de R\$ 697.500,00 a serem aplicados na regularização fundiária do Parque Estadual Xixová-Japuí.

Como os Planos de Trabalho da TECONDI e da CARBOCLORO não puderam ser apresentados nesta reunião, a CCA decidiu como segue:

DELIBERAÇÃO: Os Planos de Trabalho desses empreendimentos deverão ser enviados pela Fundação Florestal à Secretária Executiva da CCA, mantida a destinação para regularização fundiária, em tempo hábil para que o assunto possa ser deliberado na próxima reunião da CCA.

4. INÍCIO DA ANÁLISE DOS PROCESSOS

4.1. REPLAN II/PETROBRÁS – Modernização da produção da Refinaria de Paulínia (Processo SMA nº 13.548/06)

- Montante previsto para a implantação do empreendimento: US\$ 1.292.000.000,00;
- Compensação ambiental: US\$ 6.410.000,00
- Percentual: 0,5%

Na 26ª Reunião, a Câmara havia decidido “adiar para a próxima reunião a decisão da destinação desses recursos, cabendo à Fundação Florestal apresentar para discussão uma proposta de destinação”. Coube a Adriana Mattoso apresentar a proposta de implementação do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, quando foi realçada a necessidade de implantar-se 15 bases de fiscalização, 06 centros de visitantes e a regularização fundiária de áreas prioritárias para desapropriação nas regiões de Pilões, Pedro de Toledo, Picinguaba.

DELIBERAÇÃO: Aprovada a destinação dos recursos para o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM/IF), cabendo à Fundação Florestal providenciar o detalhamento da proposta e apresentá-la na próxima reunião da CCA.

Foi informado pela Secretaria Executiva da CCA que foi feito contato com o Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Americana no intuito de marcar uma reunião para os próximos dias, com a participação também dos representantes das Prefeituras de Cosmópolis e Paulínia, cuja pauta seria a fundamentação dos pleitos dessas Prefeituras, do ponto de vista ambiental e financeiro, para a criação de unidades de proteção integral na região. A

pertinência dessas propostas deverá ser avaliada pela CCA, sem prejuízo da Deliberação acima.

4.2. DAESP – Obras de ampliação do Aeroporto Leite Lopes/Ribeirão Preto (Processo SMA nº 13.509/05)

- Custo previsto da implantação do empreendimento: R\$ 218.018.700,00;
- Compensação Ambiental: R\$ 1.090.093,00;
- Percentual: 0,5%.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) indicou a aplicação dos recursos de compensação ambiental para as seguintes unidades de conservação:

Unidade de conservação	Atividade	Valor (R\$)
Estação Ecológica de Ribeirão Preto (IF)	A ser definida pelo IF	381.532,73
Criação de unidade de conservação de proteção integral – Parque Municipal Natural da Mata do Jardim Palmares	Aquisição de área, Plano de Manejo, infra-estrutura	708.560,77

DELIBERAÇÃO:

- Destinar R\$ 381.532,73 para a Estação Ecológica de Ribeirão Preto, cabendo à Fundação Florestal definir a aplicação desses recursos por meio de Plano de Trabalho a ser apresentado na próxima reunião.
- Destinar R\$ 708.560,77 para a criação do Parque Municipal Natural da Mata do Jardim Palmares, desde que a Prefeitura de Ribeirão Preto manifeste formalmente sua intenção de assumir a responsabilidade dessa unidade de conservação, comprometendo-se também a comprovar que os atributos naturais da área em questão possibilitam a criação de unidade de conservação de proteção integral.

A Secretaria Executiva da CCA deverá consultar formalmente a Prefeitura de Ribeirão Preto nos termos da deliberação acima.

4.3. Autódromo SP Races – Projeto Construções e Participações S.A. (Processo SMA nº 13.694/06)

- Custo previsto da implantação da obra: R\$ 44.494.000,00;
- Compensação ambiental: R\$ 222.470,00;
- Percentual: 0,5%.

DELIBERAÇÃO:

- Destinar R\$ 172.470,00 para a elaboração do Plano de Manejo da APA Cajamar. O Plano de Trabalho deverá ser apresentado pela CPLEA na próxima reunião.
- Destinar os R\$ 50.000,00 restantes para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Juquery. O Plano de Trabalho deverá ser apresentado pela Fundação Florestal na próxima reunião.

5. INFORME DA FUNDAÇÃO FLORESTAL SOBRE PLANO ESTRATÉGICO DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO (item 2 da pauta)

Informe feito pelo Diretor-Executivo da Fundação Florestal, José Amaral Wagner Neto, destacando-se as seguintes questões na discussão que se seguiu:

- Não há relação direta entre o custo da elaboração do Plano de Manejo e a área da unidade de conservação;
- A Fundação Florestal consolidou metodologia para a elaboração de Planos de Manejo, metodologia essa que poderá ser aplicada em qualquer unidade de proteção integral do Estado;
- A Fundação Florestal consolidou também modelo único de Termo de Referência (que passarão a vir com valores mais próximos da realidade de mercado);
- Foi discutido também o que fazer com as eventuais sobras dos recursos da compensação ambiental estimados mas não gastos nas unidades de conservação. Uma possibilidade seria sua aplicação sob a decisão da Comissão de Acompanhamento e Execução do TCCA; outra possibilidade seria o retorno desses “saldos” para a CCA, para que esta deliberasse sobre nova destinação;
- José Amaral Wagner Neto destacou que a Fundação Florestal está criando um banco de dados “público e transparente” de empresas que possam fazer serviços relacionados à elaboração de Planos de Manejo.

6. ENCERRAMENTO

6.1. A próxima reunião da CCA deverá ser realizada no dia 19 de julho de 2007, às 14:00 horas, na sala de reuniões do CONSEMA.

6.2. As contribuições à elaboração da minuta de decreto de compensação ambiental só serão aceitas até o dia 22 de junho próximo, prorrogável a critério da Secretaria Executiva da CCA.

6.3. Por solicitação do Coordenador da CCA, Dr. Pedro Ubiratan, o decreto deverá também contemplar o que fazer com as sobras dos recursos destinados à compensação ambiental das unidades de conservação, conforme discussão verificada quando da discussão do Plano Estratégico dos Planos de Manejo.

6.4. Ainda de acordo com determinação do Coordenador da CCA, os contatos e as discussões preliminares com as prefeituras envolvendo destinação de recursos de compensação ambiental deverão ser realizados pela Secretaria Executiva da CCA.

6.5. Por fim, foi recomendado também que o administrador da unidade de conservação contemplada com recursos da compensação ambiental e o responsável pela elaboração do



CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
27ª Reunião - 13 de junho de 2007

Plano de Trabalho de aplicação desses recursos, poderão, a critério do Diretor-Executivo da Fundação Florestal, estar presentes na reunião da CCA quando do exame do respectivo caso.

Nada mais havendo para ser discutido, às 18:00 horas deu-se por encerrada a reunião.

Ata elaborada por Antonio Augusto da Costa Faria, Secretário Executivo da CCA.